

Uma introdução ao Baixo Império Romano: Pesquisa e Debate Científico no Brasil

Brunno Oliveira Araujo

Universidade Federal Fluminense

Resumo: Este artigo visa dar conta dos últimos quinze anos de pesquisa sobre o Baixo Império Romano no Brasil, apontando seu amadurecimento, diálogos e profundidade científica, destacando três eixos de pesquisa: crise, colapso e poder imperial; transformações religiosas; e colonialismo e romanização.

Palavras-chave: Baixo Império Romano; Teoria; Historiografia Brasileira.

An introduction to the Late Roman Empire: research and scientific debate in Brazil

Abstract: This article intends to cover the last fifteen years of research on the Late Roman Empire in Brazil, exposing its consolidation, dialogs and scientific complexity, highlighting three research points: crisis, collapse and imperial power; religious transformations; and colonialism and Romanization.

Keywords: Late Roman Empire; Theory; Brazilian Historiography.

Introdução

Os avanços da “era da informação” tornaram mais acessíveis as fontes históricas aos pesquisadores mundo afora. A rapidez de comunicação possibilitada pelos avanços nas telecomunicações, aliada ao esforço de grupos de pesquisa, museus, instituições privadas e universidades, permitiu fossem disponibilizados bancos de dados de fontes escritas, material numismático, cerâmicas e artefatos arqueológicos diversos. A alegada “escassez de fontes” transformou-se nos últimos 30 anos, abrindo possibilidades para os pesquisadores em todo o mundo.

Nesse sentido, muito tem se discutido sobre a possibilidade de fazer História Antiga no Brasil. Por muito tempo, a proposição de se estudar História Antiga fora da Europa foi vista como um simples exercício de erudição, um mimetismo aos padrões da cultura dita “civilizada”. A ideia de que a História Antiga está diretamente ligada a uma identidade nacional, o que faria que com o estudo dessa história fora das fronteiras da Antiguidade Clássica fosse desprovido de sentido, veio sendo combatida ao longo do século XX.

O tema, já pouco prestigiado no Brasil, perde força na década de 60 com a falta de incentivo às Ciências Humanas durante o governo militar. Com a abertura política dos anos 80, a área ganha novos espaços de discussão, através de centros de pesquisa nas universidades, e de associações como a ANPUH e a SBEC (GARRAFFONI, FUNARI, PINTO, 2010: 13). Tais espaços de discussão, aliados à maior facilidade de acesso às fontes e o diálogo crítico entre a historiografia internacional e brasileira, possibilitaram o amadurecimento da produção acadêmica nacional.

Este artigo visa traçar um balanço bibliográfico da produção nacional recente sobre História Antiga, mais especificamente o período do Baixo Império romano. Escolhemos este recorte cronológico devido às transformações profundas nas abordagens e conceitos referentes à transição da Antiguidade para o Medievo, e pelo crescimento e diversidade de trabalhos que vêm sendo produzidos nos últimos 15 anos, focando em trabalhos que vão da Crise do III século à Antiguidade Tardia. Decidimos, pela especificidade dos trabalhos, subdividi-los em três eixos principais: primeiro discutiremos as mudanças na organização social, econômica e política romana no Baixo Império; seguindo-se um segundo tópico sobre as mudanças e permanências religiosas ocasionadas pela ascensão do cristianismo; e,

por fim, trabalharemos a experiência colonial nas províncias romanas à luz do conceito de romanização.

Crise, colapso e poder Imperial

O terceiro século d.C. marcou o início de profundas mudanças no mundo romano. A instabilidade política culminaria com o fim da dinastia dos Severos, levando o Império a um período de constantes usurpações de poder nas diversas províncias - a chamada “Anarquia Militar”. O aparelho estatal diluía-se frente à vastidão e complexidade do território imperial, e a crise econômica, aliada a diversos flagelos sociais como más safras e a precária distribuição de alimentos, causaram profundas alterações no *status quo* da legitimidade do poder. Dentre as principais mudanças em resposta a Crise do Século III são normalmente apontadas a concentração do poder nas mãos do Estado, a diminuição das liberdades individuais, o regime de *Dominato* e a consolidação da *Basileia*. A nova sociedade romana que surge após o terceiro século, tão diferente da sociedade clássica, precede a desfragmentação do sistema imperial no Ocidente no V século d.C., e na criação do Império Bizantino no Oriente.

O período que vai da crise do III século à invasão de Roma pelos godos é denominado pela historiografia tradicional como o período de “Declínio e Queda do Império Romano”. A denominação vem principalmente da obra de mesmo nome escrita por Edward Gibbon no séc. XVIII, que aponta o cristianismo e as incursões dos “bárbaros” como o motivo do fim do Império. Por mais que a historiografia ao longo do tempo tenha levantado novas teorias sobre o fim de Roma¹¹⁸, a ideia pejorativa de declínio, e o mergulho da Europa na chamada “Idade das Trevas” medieval, acabaram por sobreviver nas pesquisas.

Marco de uma mudança de perspectiva nos anos 70, o historiador Peter Brown (1972) propõe outro caminho de interpretação. Ao retornar ao trabalho de Gibbon, ele propõe não um processo de decadência, mas sim um profundo movimento de revolução social, tanto em caráter político-militar quanto religioso.

As revoltas militares consequentes da crise do século III teriam transferido o poder político das antigas elites romanas aos fortes chefes militares bárbaros. Estes teriam sido

¹¹⁸ Para uma discussão mais aprofundada, ver: MENDES, 2002: 46-64

incorporados ao Império gradativamente não apenas pela invasão, mas principalmente através de migrações e incorporações ao exército romano, não mais como mercenários, mas sim como detentores da *civitas* romana. Brown entende esse processo não como um “declínio”, mas como a formação de uma sociedade com identidade própria, mas que se legitima em grande parte na memória produzida pela antiguidade clássica, defendendo que o período imediatamente posterior ao século V d.C. constituiria uma “antiguidade tardia”, de caráter regional, ruralista e cristão, mas onde se percebem raízes culturais herdadas do Império Romano (BROWN, 1972; MENDES, 2002: 53-55). Dentro desse contexto, alguns autores brasileiros se dedicaram a trabalhar o processo de mudança política e econômico-social do Baixo-Império.

Norma Musco Mendes (2002), analisando fontes textuais e arqueológicas, em especial o Código Teodosiano, propõe que o processo de desagregação do Império Romano deva ser analisado a partir do Alto Império, durante o processo de expansão e aumento de complexidade do aparelho estatal, demonstrando como essa situação gradativamente geraria “retornos marginais” cada vez mais próximos do negativo.

Para tal, ela se utiliza do trabalho de Joseph Tainter (1977), que parte dos estudos de teoria do caos aplicados às Ciências Humanas, considerando que sociedades em geral, com ou sem Estado, são sistemas não lineares que tendem a se complexificar até que entrem em colapso. Para o autor, tal variável é contínua, mas os fatores que a compõem são historicamente determinados. Em resumo, o movimento e a estabilidade/instabilidade de uma sociedade não poderiam ser analisados através da simples decomposição de seus fatores, mas sim de forma holística, considerando o sistema como um todo. Só assim seria possível observar seus momentos de equilíbrio entre os fatores, ou o desequilíbrio dos mesmos, que resultaria no colapso do sistema complexo, dando lugar a um sistema mais simples.

O colapso, para Tainter, é resultado da necessidade constante de um sistema complexo de “energia” para alimentá-lo. Usando o Império Romano como exemplo, o grande aparelho imperial necessitaria de cada vez mais soldados para manter a paz, mais coletores de impostos, mais provisões para a alimentação e as obras públicas, gastos que em certo momento seriam pesadas despesas impossíveis de sustentar, os chamados “retornos marginais”. Haveria um momento, nas sociedades complexas, em que não existiria mais crescimento, mas sim queda no nível de complexidade, o que, a longo prazo, sem a

manutenção efetiva dos fatores do sistema, levaria tais sociedades ao colapso.

Mendes então propõe que a crise do século III prejudica o fornecimento de alimentos, matéria prima e material de prestígio; as velhas elites senatoriais, sofrendo o impacto da crise, são gradativamente substituídas por homens influentes vindos das províncias, onde conseguiram poder através da coleta de impostos e supressão de revoltas locais. As reformas políticas de Diocleciano seriam uma tentativa de equilíbrio do sistema imperial, descentralizando o poder para melhor gerenciar o aparelho imperial, como forma de combater o poder local das cúrias, dar a Roma um maior controle da coleta de impostos e deter a corrupção.

As iniciativas do centro imperial não teriam sido suficientes para deter as crescentes revoltas militares e camponesas, motivadas pela crescente tributação, o trabalho compulsório e a má distribuição de impostos nas periferias. As estratégias tradicionais da elite romana de contenção de danos não foram suficientes para evitar o colapso imperial.

Carlos Augusto Ribeiro Machado (2000) discorda em parte de tais modelos, no sentido de que eles elegem categorias ao Baixo Império procurando separá-lo do Alto Império, frisando suas rupturas. Para o autor, tornou-se lugar comum afirmar que

(...) a formação ou expansão do Estado se dá necessariamente às expensas da sociedade. (...) Parte-se da idéia de que ‘Estado’ e ‘sociedade’ são duas entidades autônomas, e que a primeira age através da coerção ou da cooptação sobre a segunda (MACHADO, 2000: 91).

O que prejudicaria, então, o estudo de uma atividade política no Baixo Império, diferente da ideia de Estado forte e opressor defendida pela historiografia tradicional. A aprovação do Senado, por exemplo, é apontada através das fontes como fundamental na legitimação do poder Imperial, colocando o Senado, mesmo com a diminuição de poder efetivo (principalmente pelo fortalecimento da classe burocrática e militar) como campo de disputa. Seria fundamental aos imperadores cooptar um senado tão plural, com representantes das aristocracias das mais diversas partes do Império, com diferentes agendas, como estratégia de legitimar-se como um “Bom Imperador”, ou seja, legitimado pelo poder simbólico de Roma, frente aos diversos concorrentes e “usurpadores” (MACHADO, 2001).

A legitimação do poder imperial também é tema nos trabalhos de Ana Teresa Marques Gonçalves (2006), através dos breviários, que são, segundo a autora,

(...) um gênero literário muito comum entre os anos 360 e 370 d.C., e que surgiu para suprir o desconhecimento que muitos senadores e burocratas, originários das províncias, demonstravam ter da história de Roma (GONÇALVES, 2006: 1).

A maior mobilidade social do período permitiria a que pessoas fora da tradição educacional das elites aristocráticas romanas assumissem altos cargos, fazendo com que estes procurassem os breviários para legitimar sua posição de poder através do conhecimento erudito clássico. A autora advoga que essas obras buscam criar um discurso ideológico que evocaria a dinastia Antonina, no sentido de que os cargos deveriam ser assumidos devido à competência, ao invés da hereditariedade, condizente com a situação do governo no século IV.

O processo de transformação do *princeps* em *basileus*, alterando a figura do imperador romano no detentor de uma aura sobrenatural e de proximidade mística com a divindade, é trabalhada por Gilvan Ventura da Silva (2003). Focado no período de afirmação da *Basiléia* no reinado de Constâncio II, o autor trabalha a crescente mudança nos conceitos de *religio* e *supersticio* na sociedade, e suas reflexões na afirmação do poder imperial, cercando a figura do imperador de ritualística e liturgia, procurando aproximá-lo da figura divina. O autor acompanha o processo desde os primórdios, onde a representação pagã ainda é forte, até as profundas mudanças que a institucionalização do cristianismo e adoção como religião oficial do império causaram na forma como se legitimava o poder do imperador, cada vez mais centralizado e ritualizado.

Por fim, Renan Friguetto (2006) irá se preocupar com o conceito de Antiguidade Tardia e suas interpretações possíveis. Tomando como estudo de caso os visigodos da Espanha entre os séculos V e VII d.C., ele observará que na conjuntura política pós-império romano, de caráter cristão, agrário e regionalista, há uma herança cultural romana e uma busca desse passado no sentido de resolver questões legais, legitimar ações e dar *status* a povos e líderes.

Transformações religiosas

Nos estudos da Antiguidade, é praticamente impossível separar religião, sociedade e política, mesmo porque tal separação é uma especificidade do Estado moderno. Sendo assim, as profundas mudanças políticas discutidas acima tem reflexo no campo do “sagrado”, sobretudo pela ascensão do cristianismo. Brown (BROWN 1972) destaca que esse é o momento de conflito por espaço entre a fé cristã ascendente e a religião pagã romana, que já não possui também o mesmo caráter do período clássico.

Para o cristianismo, é o momento de distinção dos cultos judaicos, e de formação de sua própria identidade. O momento de crise geral, inclusive espiritual, propiciaria o crescimento dos cultos de salvação, que, aliados às práticas de assistência de caridade das dioceses cristãs, fariam com que a religião ganhasse cada vez mais adeptos.

A religião romana tradicional, nesse contexto, perde cada vez mais espaço, o que não quer dizer que sua importância desapareça. Os cultos de mistérios, muitos oriundos de religiões orientais, como o culto do *Sol Invictus* ou o culto de Isis, ou ainda o Uno plotiniano, por exemplo, dividem espaço com as práticas religiosas antigas (SILVA, 2003: 20). As mudanças sociais dos conceitos de *supersticio* e *religio* criam práticas religiosas totalmente novas, mas que ainda assim se identificam com as práticas clássicas o suficiente para marcarem-se como focos resistência ao avanço cristão.

Sobre tais mudanças, Ana Teresa Marques Gonçalves (GONÇALVES, 2010: 9) detêm-se na análise da mudança da lógica na religião romana tardia. Ela advoga que

(...) o sentimento religioso se desprende do antigo coletivo da cidade, ou seja, passa à instância do particular, privado. O que Pierre Lévêque define como “individualismo” e H.-I. Marrou prefere chamar de “personalismo” (MARROU, 1980, p. 47) é uma das principais características da religiosidade no período helenístico. Derrocada a crença de que as divindades zelavam pelo coletivo e regiam as ordens internas das cidades, as expectativas religiosas se voltaram para filosofias que respondessem aos anseios particulares de cada indivíduo (VEYNE, 1987, p. 9).

A constante circulação e assentamento de estrangeiros no território romano teriam

contribuído para a diminuição do aspecto religioso agregado ao espaço, em primazia do culto particular. A autora ainda estuda a sobrevivência de elementos pagãos nessa nova ordem, como as práticas mágicas provinciais sendo incorporadas pela filosofia neoplatônica presente no *De Mysteriis Aegyptiorum*, de Jâmblico.

Margarida Carvalho (1998; 2006) se propõe a debater as diversas visões sobre a “Restauração Pagã” do imperador Juliano durante seu reinado (361-363 d.C.). Através das diversas visões de autores como Amiano Marcelino, Libânio e Gregório de Nazianzo, ela procura mostrar a construção do mito de Juliano, idolatrado pelos pagãos e denominado pelos cristãos como “apóstata”.

Alinhado com a perspectiva de Religiosidade Tardo-Antiga proposta por Peter Brown, também está o trabalho de Marcus Cruz (2010), principalmente no que se refere à ascensão e difusão do cristianismo. Primariamente uma religião dos setores sociais intermediários, o aprofundamento das diferenças sociais faria com que a doutrina cristã se difundisse tanto entre o povo quanto entre as altas posições burocráticas e do exército, fazendo com que esta, antes considerada uma *supersticio*, adquirisse a posição de religião oficial do Império no governo de Constantino. Outro ponto abordado é a importância que as questões religiosas adquirem com o cristianismo, e a crescente idéia de hegemonia do sagrado. O autor analisa os esforços do Estado e da Igreja na diminuição da diversidade religiosa, em especial cristã, num projeto de hegemonia canônica que teria seu ponto alto no primeiro Concílio de Niceia, com a perseguição da heresia ariana, do donatismo, entre outras coisas.

Ainda sobre os conflitos de fundo religioso, Gilvan Ventura da Silva (2003; 2006) irá tratar da violência religiosa entre pagãos, cristãos e judeus no Baixo Império. Discordando da tese de convivência pacífica de Peter Brown, Ventura afirma que em um sistema excludente como o do Império Romano, a violência acaba por se configurar como um meio de legitimação e expressão. Ao analisar as relações entre cristianismo e judaísmo, por exemplo, o autor discorre sobre o processo de desvencilhamento das duas identidades iniciado no Alto Império, onde o estereótipo cristão era constantemente associado à “rebeldia” judaica, e conseqüentemente perseguida pelo Estado romano.

Julio Cesar Magalhães de Oliveira (2008) abordará os conflitos entre cristãos e pagãos no norte da África, procurando desconstruir a ideia de que as massas assumissem

papéis passivos no movimento de violência religiosa. Para o autor, é falsa a idéia de que apenas os atores políticos eram exclusivamente as lideranças religiosas de ambas as partes, e que as massas fossem manobradas livremente por elas, em episódios de hostilidade, seguidos de resposta à altura. Tais episódios de violência não seriam assim pontuais, mas fruto das condições e representações a longo prazo dessa comunidade.

Outro campo de disputa para o autor são as diferentes apropriações e memórias construídas sobre a hagiografia (vidas de santos e mártires, principalmente da época da perseguição romana aos cristãos) por grupos cristãos e donatistas norte-africanos do III ao V século (OLIVEIRA, 2010).

Colonialismo e Romanização

Nas últimas décadas, vem ocorrendo uma forte resignificação nos estudos sobre a experiência colonialista como um todo. Os movimentos de independência nos anos 1960 e 1970 ocorridos nos países neocoloniais da África, Oriente Médio e Ásia produziram uma nova forma de pensar a experiência de contatos culturais e relações de poder na experiência colonial, que posteriormente viria a ser identificada como *Teoria Pós-colonial*.

Como destacado por Webster (1996), os principais pressupostos defendidos pelos teóricos pós-coloniais, estão:

(1) A articulação das histórias ativa dos povos colonizados, incluindo sua capacidade de formas sutis de resistência abertas ou encobertas;

(2) A desconstrução dos modelos binários pelo qual o Ocidente tem categorizado o 'Outro', e ao fazê-lo, definindo a si mesmo. Essas definições incluem relações eu/outro. metrópole/colônia e centro/ periferia (cf. McClintock, 1992). Aplicando técnicas desconstrutivas a estas estruturas de dominação e marginalidade, as margens são, novamente, trouxe para o centro (Connor, 1989: 233).

(3) A crítica do imperialismo de representação, isto é, do relação entre poder e conhecimento na produção do 'Outro'. A investigação colonial da identidade colonial através imagens e linguagens também é conhecido como análise do discurso

colonial (...) (WEBSTER, 1996: 7, tradução livre).

Suas raízes vem principalmente dos estudos das Letras e da Literatura dos países francófonos ligados ao movimento de *négritude*, destacando-se, nos anos 1960, os trabalhos de Franz Fanon, e, nos anos 1970, os de Aimé Césaire e Léopold Senghor. Seu caráter não é puramente anticolonialista, mas com foco na experiência nativista (Cf. WEBSTER 1996, p. 6).

Uma das principais referências da corrente pós-colonial é a obra do palestino Edward Said, em especial “O Orientalismo”. Said procura analisar a construção do discurso de afirmação frente ao “Outro”, utilizando como base histórica a construção da imagem do Oriente pela cultura ocidental, através de obras, cartas e imagens. A preocupação de Said é com os objetivos de afirmação de poder e identidade por trás do discurso, procurando observar seus reais significados. Muito influentes na obra de Said são os estudos de Foucault sobre a teoria do poder. Ele observa que o poder não é uma manifestação sólida, repressora e negativa o tempo todo na sociedade, nem tampouco é exercido e imposto pelo Estado. Para ele, o poder é capilar, isto é, existe em toda a sociedade, em diferentes níveis, tanto no movimento de imposição pelo governo, quanto na resistência dos dominados. Há, pois, uma rede de poder que envolve resistência ativa, resistência velada, negociação e repressão para sua manutenção.

O conceito de hegemonia de Gramsci também é importante no trabalho de Said, entendido como “uma negociação assimétrica de poder, levando a um governo ‘consensual’ que, apesar disso, é sempre contestada” (MATTINGLY, 1997: 10, tradução livre). A resistência, assim, faz parte do movimento de hegemonia como um fator previamente calculado na dinâmica de negociação social, logo, um elemento da construção da hegemonia. As interpretações pós-coloniais tiveram um forte impacto nos estudos de Roma, principalmente nos estudos sobre o Imperialismo e a definição clássica de Romanização, como uma aculturação dos povos dominados em favor da cultura “civilizada” romana. O marco fundamental da discussão vem da academia inglesa, no debate entre pré-historiadores e classicistas, rompendo com a tradicional visão de um projeto expansionista romano “defensivo” (FREEMAN, 1997: 27-32) ou de um processo de aculturação das populações nativas. Podemos citar, por exemplo, as pesquisas de Mattingly sobre o norte africano (1997b), Jane Webster (1997) sobre e identidade e relações híbridas entre celtas e romanos, ou as pesquisas de Richard Hingley (2005; 2010),

que propõe um processo de “globalização” cultural e econômica romana, buscando como estudo de caso as regiões próximas a Muralha de Adriano.

Alguns aspectos são compartilhados por esses trabalhos, tal como a forma que são encaradas as fontes sobre o Império Romano. Primeiramente, há uma clara crítica da primazia e credibilidade das fontes escritas, sendo as fontes arqueológicas normalmente utilizadas apenas para ilustrar e verificar as fontes escritas. Em segundo lugar, esses autores criticam a forma literal como os documentos são interpretados. As obras de César, Políbio, Amiano Marcelino, entre outras, foram escritas com finalidade e público definidos. No caso de César, *De Bello Gallico* faz parte do projeto propagandista do general e de sua campanha, buscando fama e poder, enaltecendo os bárbaros como homens rudes e nascidos para a guerra para dar brilho a sua vitória. Outros autores como Tácito e Estrabão também constroem em suas obras visões sobre os povos “bárbaros” buscando legitimar visões de mundo ligadas ao mundo romano.

As discussões sobre romanização ressoaram na pesquisa acadêmica brasileira. Norberto Guarinello (2006), ao problematizar a figura da “Cidade de Roma” no Baixo Império, propõe uma análise do discurso dos textos clássicos dos historiadores romanos, tomando como exemplo Tito Lívio, Tácito e Amiano Marcelino, mostrando as visíveis diferenças das representações sociais de identidade, em especial a dos “bárbaros”. Para Guarinello, “devemos fazer luto da História de Roma e começar a produzir outras histórias, tentar outros passados possíveis” (GUARINELLO, 2006: 292).

Novas perspectivas surgem do diálogo mais próximo entre História e Arqueologia na experiência das províncias. A arqueóloga Maria Isabel Fleming analisa, por exemplo, a produção de vasos de cerâmica na Bretanha Romana, onde os estudos apontaram a sobrevivência e alta difusão do estilo nativo, conhecido como Cerâmica Negra Brunida, chegando a competir com a cerâmica romana. A autora analisa conceitos como “estilo” e “cópia” para propor um movimento de coexistência do sistema cultural romano e local (FLEMING, 2005).

A romanização da região do Algarve, em Portugal, é objeto de estudos de Norma Mendes (1999; 2001), dialogando com fontes textuais, epigrafia e achados de *villas* romanas. Seu trabalho busca entender a dinâmica da romanização inserida nas teorias de “sistema mundial” e da possibilidade da existência de “experiências divergentes” nas áreas

dominadas, desconstruindo o discurso monolítico de imposição homogênea da cultura romana.

Nos diálogos com a numismática, podemos destacar os trabalhos de Cláudio Umpierre Carlan, focados no poder da iconografia das moedas no projeto imperial entre os imperadores do Baixo Império (CARLAN 2008). Em outro trabalho, em colaboração com Pedro Paulo Funari, é analisado o projeto imperial de propaganda através das moedas e sua influência na construção da identidade de romanos e germânicos nas fronteiras do Império (CARLAN; FUNARI, 2007).

Por fim, Regina Maria Bustamante (2006) faz uma análise das discrepâncias entre o discurso jurídico e as práticas religiosas no norte da África após a cristianização do Império. Focada na controvérsia em torno da realização de sacrifícios, ela demonstra que apesar da pressão cristã, inclusive através da legislação teodosiana, a prática do sacrifício aos deuses pagãos enquanto garantia do funcionamento social adequado resistia junto à aristocracia provincial. Isso fica claro quando a autora analisa uma série de mosaicos residenciais, com imagens de sacrifício para Apolo e Diana. Tais mosaicos, sempre em locais de destaque, não seriam simples decorações, mas exprimiriam a ideologia do dono da casa.

Conclusão

Há hoje uma clara sintonia entre os estudos sobre o Império Romano feitos no Brasil e os trabalhos internacionais, fruto tanto do amadurecimento da academia brasileira quanto da maior facilidade de acesso a obras e periódicos nacionais e internacionais. Dentre os inúmeros universos de diálogo, podemos citar o curso ministrado pelo professor Richard Hingley na UNICAMP em 2008, transmitido simultaneamente on-line para diversas instituições do país, no qual o autor defende novas perspectivas para os estudos de Romanização, baseados em sua tese de Globalização na Antiguidade. Tal iniciativa resultou posteriormente em uma obra publicada no Brasil reunindo textos de Hingley sobre o tema. A atual condição da academia brasileira permite não só esse tipo de encontro, mas o verdadeiro debate de seus fatores, uma crítica embasada e mesmo contribuições inovadoras. É a inserção do chamado “Terceiro Mundo” em pesquisas de “ponta”, em tempo real, em debates que antes eram monopolizados pelas instituições europeias e norte-americanas.

Há nesse sentido um forte estímulo à formação de uma nova geração de

pesquisadores sobre o Baixo Império e a Antiguidade Tardia, dialogando e produzindo com as discussões colaborativas internacionais. A criação de novos espaços para tais debates, como é o caso da *Revista Plêthos*, contribui assim para o amadurecimento desses pesquisadores “iniciantes” e da historiografia brasileira como um todo.

Bibliografia

- BROWN, P. (1972). *O Fim do Mundo Clássico. De Marco Aurélio à Maomé*. Lisboa: Verbo.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. (2006). Embates político-religiosos na Antigüidade Tardia: análise comparativa entre o discurso imagético provincial e o discurso jurídico imperial. In: G. V. da Silva; M. B. Nader; S. P. Franco (eds.). *As identidades no tempo: ensaios de gênero, etnia e religião*. Vol. 1. Vitória: EDUFES, 321-351.
- CARLAN, C. U. (2008). Poder e Imagens em Roma: Diocleciano, Constantino e a Nova/Velha Ordem. In P. P. A. Funari; G. J. da Silva; A. L. Martins (eds.). *História Antiga - Contribuições brasileiras*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 37-46.
- CARVALHO, M. M. de (2006). Gregório de Nazianzo e a Polêmica em Torno da Restauração Pagã de Juliano. In: G. V. da Silva; N. M. Mendes (eds.). *Repensando o Império Romano*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 267-284.
- CARVALHO, M. M. de (1998). Três notícias sobre o Imperador Juliano: Amiano Marcelino, Libânio e São Gregório de Nazianzo, *Phoênix*, 4, 322-329.
- CRUZ, M. S. (2010). A religiosidade tardo antiga e a cristianização do Império Romano, *Territórios e Fronteiras*, 3, 295-315.
- FLEMING, M. I. d'A. (2005). Cerâmica e arquitetura tradicionais da Britânia no período Imperial. In: F. de S. Lessa; R. M. da C. Bustamante (eds.). *Memória & Festa*. Rio de Janeiro: Mauad, 97-104.
- FREEMAN, P. W. M. (1997). Mommsen through to Haverfield: the origins of Romanization studies in late 19th-c. Britain. In D. J. Mattingly (ed). *Dialogues of Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in Roman Empire*. Rhode Island: Cushing Malloy, Supplement of the Journal of Roman Archeology 23, 27-50.
- FRIGUETTO, R. (2006). Política e poder na Antigüidade Tardia: uma abordagem possível, *História Revista*, 11, 161-177.
- FRIGUETTO, R. (2011). Religião e política na Antigüidade Tardia: os godos entre o arianismo e o paganismo no século IV, *Revista de História*, 25, 114-130.

FUNARI, P. P. A.; Carlan, C. (2007). Romanos e germânicos: lutas, guerras, rivalidades na Antigüidade Tardia, *Brathair*, 7, 1, 17-24.

[GARRAFFONI, R. S.](#); FUNARI, P. P. A.; [PINTO, R.](#) (2010). O estudo da antiguidade no Brasil: as contribuições teóricas recentes. In: P. P. A. Funari; R. Hingley; R. S. Garraffoni; R. Pinto. (eds.). *O imperialismo romano*. São Paulo: Annablume, 9-25.

GONÇALVES, A. T. M. (2006). A Legitimação do Poder Imperial e os Problemas Sucessórios nos Breviários de História Romana Produzidos no IV Século d.C., *História Revista*, 11, 1-16.

GONÇALVES, A. T. M. (2004). A Noção de Monarquia Militar e o Governo Severiano. *Phoênix*, 10, 41-62.

GONÇALVES, A. T. M.; VIEIRA NETO, I. (2010). Religião e Magia na Antiguidade Tardia: do Helenismo ao Neoplatonismo de Jâmblico de Cálcis, *Revista de História*, 25, 03-20.

GUARINELLO, N. L. (2006). Roma, o poder e a história. G. V. da Silva; M. B. Nader; S. P. Franco. *As Identidades no Tempo - Ensaios de gênero, etnia e religião*. Vitória, EDUFES, 281-294.

Hingley, R. (2005). *Globalizing Roman Culture: Unity, Diversity and Empire*. London: Routledge.

HINGLEY, R. (2010). *O Imperialismo Romano - Novas Perspectivas a partir da Bretanha*. São Paulo: Annablume.

MACHADO, C. A. R. (2000). O Senado Romano e a Corte Imperial no Baixo Império: uma revisão, *Phoênix*, 6, 90-105.

MACHADO, C. A. R. (2001). Imperadores em construção: modelos imperiais na Historia Augusta, *Phoênix*, 7, 93-114.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. (2010). Dos arquivos da perseguição às histórias dos mártires: hagiografia, memória e propaganda na África romana, *História*, 29, 56-70.

MAGALHÃES DE OLIVEIRA, J. C. (2008). Poder, religião e violência popular no Império Romano Tardio: os motins de Calama de junho de 408 d.C., *História: Questões e Debates*, 48/49, 165-192.

MATTINGLY, D. J. (1997). Introduction. In D. J. Mattingly (ed.). *Dialogues of Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in Roman Empire*. Rhode Island: Cushing Malloy, Supplement of the Journal of Roman Archeology 23.

MATTINGLY, D. J. (1997b). *Africa: a landscape of opportunity?*. In D. J. Mattingly (ed.). *Dialogues of Roman Imperialism: Power, discourse, and discrepant experience in Roman Empire*. Rhode Island: Cushing Malloy, Supplement of the Journal of Roman Archeology 23.

MENDES, N. M. (2001). Romanização, navegação e comércio no litoral do Algarve, *Phoînix*, 7, 321-340.

MENDES, N. M. (1999). Romanização: Cultura Imperial, *Phoînix*, 5, 307-324.

MENDES, N. M. (2002). *Sistema político do Império Romano do Ocidente: um modelo de colapso*. Rio de Janeiro, DP&A.

SILVA, G. V. da (2005). A construção da imagem heróica de Constâncio II na Oratio III de Juliano, *Phoînix*, 11, 71-89.

SILVA, G. V. da (2006). A relação Estado/Igreja no Império Romano: séculos III e IV. In: G. V. da Silva; N. M. Mendes (eds.). *Repensando o Império Romano: perspectiva socioeconômica, política e cultural*. Rio de Janeiro/Vitória: Mauad/EDUFES, 241-266.

SILVA, G. V. da (2003). *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337-361)*. Vitória: EDUFES.

SILVA, Gilvan Ventura da (2003). Violência e intolerância religiosa no Baixo Império: os levantes de Constantinopla sob o governo de Constâncio II (337-361), *Phoînix*, 9, 128-150.

TAINTER, J. (1996). *Complexity, problem solving, and sustainable societies*. Disponível em: <http://dicoff.com/page134.htm>.

WEBSTER, J. (1996). [Roman imperialism and the 'post imperial age'](#). In J. Webster; N. J. Cooper (eds.). *Roman Imperialism: post-colonial perspectives*. Leicester: School of Archaeological Studies/University of Leicester, 1-17.

WEBSTER, J. (1997). [A negotiated syncretism: readings on the development of Romano-Celtic religion](#). In D. J. Mattingly (ed.). *Dialogues of Roman Imperialism: Power, discourse, and*

discrepant experience in Roman Empire. Rhode Island: Cushing Malloy, Supplement of the Journal of Roman Archeology 23, 164-184.